



AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA A PRÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA DE FORMA CONTEXTUALIZADA

ANA PAULA MIQUELETTI SANCHES

¹ Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Londrina. SESI/SC.
ana.sanches@edu.sesisc.org.br

JANAINA LUEDERS

² Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná. SESI/SC. janaina-lueders@sesisc.org.br

JOSIANE DA SILVA

³ Especialista em Metodologia do ensino da Matemática e Física pelo Centro Universitário Internacional. SESI/SC. Josiane.da-silva@edu.sesisc.org.br

PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

RESUMO

A tarefa de formar o cidadão e de incentivar o estudante a se tornar um leitor nos parece bastante desafiadora. Esta tem sido um desafio em todos os níveis de ensino, gerador de grandes discussões e teorias. Justamente por isso, os educadores que trabalham com a EJA precisam se munir de teorias que possam cooperar para que esse segmento da educação tenha uma aprendizagem concreta. Foi pensando nisso que o SESI/SC, da unidade de Jaraguá do Sul, na disciplina de Língua Portuguesa, pautou-se nas ideias de Paulo Freire para tornar as aulas mais interessantes para os alunos, ao passo que partia de seus conhecimentos de mundo, ou seja, de seu conhecimento popular para, paulatinamente, ampliá-los e, dessa feita, chegar ao conhecimento científico, fazendo com que o ato de estudar pudesse se tornar uma tarefa mais fácil, mais viável e prazerosa.

Assim, a disciplina da Língua Portuguesa preocupou-se em ampliar o horizonte de expectativas dos educandos, ao passo que o professor iniciava as discussões por meio de histórias narradas pelos próprios alunos em sala de aula para, posteriormente, adentrar no conteúdo teórico e apresentar aos alunos a Literatura Canonizada.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos, Paulo Freire, Língua Portuguesa

INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que a EJA é uma modalidade da educação básica, nas suas etapas fundamental e média, como consta na Lei de Diretrizes e Bases, artigos 37 e 38. Concomitantemente, o Parecer CNE/CEB afirma que a EJA é uma promessa de qualificação de vida para todos. A partir desses pressupostos, faz-se necessário observar que os alunos da EJA são diferenciados. Eles trazem consigo experiências de vida que são muito valiosas em seu processo de aprendizagem. Pensando diretamente no ensino



de Língua Portuguesa, a oralidade pode ser a chave para um aprendizado prazeroso e consolidado. O próprio parecer CNE/CEB enfatiza que Não se pode considerar a EJA e o novo conceito que a orienta apenas como um processo inicial de alfabetização. A EJA busca formar e incentivar o leitor de livros e das múltiplas linguagens visuais juntamente com as dimensões de trabalho e da cidadania. Ora, isto requer algo mais desta modalidade que tem diante de si pessoas maduras e talhadas por experiências mais longas de vida e de trabalho. (p.9). A tarefa de formar o cidadão e de incentivar o estudante a se tornar um leitor nos parece bastante desafiadora. Este tem sido um desafio em todos os níveis de ensino, gerador de grandes discussões e teorias. Justamente por isso, os educadores que trabalham com a EJA precisam se munir de teorias que possam cooperar para que esse segmento da educação tenha uma aprendizagem concreta. Foi pensando nisso que o SESI/SC, da unidade de Jaraguá do Sul, na disciplina de Língua Portuguesa, pautou-se nas ideias de Paulo Freire para tornar as aulas mais interessantes para os alunos, ao passo que partia de seus conhecimentos de mundo, ou seja, de seu conhecimento popular para, paulatinamente, ampliá-los e, dessa feita, chegar ao conhecimento científico, fazendo com que o ato de estudar pudesse se tornar uma tarefa mais fácil, mais viável e prazerosa.

É pertinente ressaltar que no SESI/SC a EJA acontece de maneira 25% presencial e 75% a distância, justamente porque seu alunado é composto por discentes que são trabalhadores da indústria, trabalham em diversos turnos diferenciados e tem pouca disponibilidade temporal para os estudos. Logo, o estudo a distância foi uma das soluções para inserir esse grupo novamente no ambiente escolar. Entretanto, a intencionalidade da SESI/SC não era apenas trazer os trabalhadores da indústria para os bancos escolares, mas sim proporcionar a eles uma educação de qualidade, que realmente tivesse um processo ensino-aprendizagem concreto e, com isso, pudesse transformar e melhorar suas vidas tanto no âmbito profissional, quanto social.

Foi com esse intuito que a disciplina de Língua Portuguesa embasou-se nas ideias de Paulo Freire, que sempre salientou a importância de mudar a visão bancária da educação, em que o aluno é visto apenas como um depositário do conhecimento do professor, para transformá-lo em um sujeito agente, ativo e construtor de seu próprio conhecimento.



Então foram desenvolvidas atividades diferenciadas, nas quais o ponto de partida eram as próprias histórias de vida dos alunos, fossem elas ficcionais, como histórias do conhecimento popular (mitos, contos, lendas, entre outras) ou histórias reais. Tais histórias eram comparadas ora com textos literários, ora com notícias, entrevistas e outros gêneros não ficcionais. Nesse processo, os educandos tinham a oportunidade de comparar as histórias, passar pelos vários níveis de leitura, ou seja, passavam de mero decodificadores a níveis mais profundos de interpretação, quando podiam ser reflexivos e, então, adquirirem uma postura crítica diante do mundo que os cerca, nos mais variados assuntos sociais.

Vale enfatizar, ainda, que, no ato de leitura, o sujeito traz consigo seus conhecimentos prévios, os quais ele relacionará com o texto, ou seja, o leitor tem um ‘horizonte de expectativas’ que poderá ser preenchido e/ou ampliado através da leitura, criando um novo horizonte ainda vazio que sofrerá o mesmo processo com novas leituras e assim sucessivamente. O leitor envolvido com a obra, a partir de suas vivências, abre o horizonte do próprio texto, que, devido às experiências próprias, vai sendo modificado, reafirmando o processo de preenchimento de horizonte/horizonte vazio e a necessidade de um novo preenchimento. Dessa feita, para que tudo isso pudesse ser colocado em prática, a disciplina de Língua Portuguesa se pautou nos pensamentos freireanos, que ressalta, que o educador deve ter uma postura bem diferente da convencional, na medida em que ele e educandos, voltando seus pensamentos para a realidade, encontram-se perante uma tarefa em que ambos são sujeitos na ação. Tanto os primeiros quanto os segundos têm a tarefa de desvelar a realidade e, assim, conhecê-la criticamente, e, paulatinamente, ir recriando e aumentando seus conhecimentos de mundo. Assim, o conhecimento acadêmico se desenvolveria com maior naturalidade. Um trabalho no qual mestres e alunos estariam unidos, e tivessem em mente que educação-aprendizagem depende do trabalho mútuo de ambos, já que todos estão unidos no mundo e tantos uns quantos os outros têm total direito à palavra.

Os pensamentos de Paulo Freire podem ser observados como essencial para os docentes que trabalham com o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na medida em que um dos grandes problemas desse segmento da educação é o fato dos jovens e os adultos desacreditarem em suas capacidades, principalmente, intelectuais.



Isso acontece por vários fatores, como como a exclusão social que viveram por sua baixa escolaridade, dificuldade de inserção e/ou crescimento no mercado de trabalho, dentre outros.que reforçam as ideias de Freire quando o autor aborda a questão do preconceito:

De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isso, terminam por se convencer de sua incapacidade. Falam de si como os que não sabem e do ‘doutor’ como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhe são impostos são os convencionais. (FREIRE, 1987, p. 50)

Partindo deste problema, torna-se necessário pensar em uma forma de ensino que esteja adequada para o público alvo em questão. Tal metodologia de ensino não pode estar pautada em formalismos, tendo em vista que se trata de um tipo peculiar, já que, além de adultos são pessoas oprimidas pelas não oportunidades de suas vidas. Nesse artigo, especificamente, tratar-se-á de metodologias, pautadas nas colocações freireanas, utilizadas na disciplina de Língua Portuguesa, da EJA do SESI/SC, na unidade de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina. Para que isso aconteça é válido atentar-se para a experiência de Freire retratada a seguir:

Quanto mais analisamos as relações educador-educandos, na escola, em qualquer de seus níveis (ou fora dela), parece que mais podemos nos convencer de que estas relações apresentam um caráter especial e marcante – o de serem relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras. Narração de conteúdos que, por isso mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade. Narração ou dissertação que implica um sujeito – o narrador – e objetos pacientes, ouvintes – os educandos. Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. A sua irrefreada ânsia. Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engedram e em cuja visão ganhariam significação A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienadae alienante. Daí



que seja mais som que significação e, assim, melhor seria não dizê-la. (1987, p. 57)

Tomando esta visão educacional de Paulo Freire, fica nítido que se torna prioritária a mudança nas relações entre os educadores e os educandos. Os mestres não podem mais ter a posição de detentores do saber, mas sim de proporcionar aos seus pupilos um ensino que lhes seja viável e construtivo para as suas vidas e realidade social. Para isso, é imprescindível que no lugar de narrar ou dissertar, como bem colocou Freire, ele compartilhe conhecimentos e faça uso dos conhecimentos de seus alunos, pois, dessa forma, haveria significação real na aprendizagem.

METODOLOGIA

Paulo Freire discute o que vem a ser uma concepção “bancária” da educação em contraposição à educação problematizadora. Na primeira, o professor é aquele que fala, mas não ouve. É o impositor de conhecimentos construídos e petrificados. Os alunos são os arquivadores, que apenas decoram e repetem o que está sendo imposto pelo mestre:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção ‘bancária’ da educação. Arquivados, porque, fora da busca, fora da praxis, os homens não podem ser. Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também. (1987, p. 58)



O que acontece é a tentativa de adaptação dos alunos, sem que haja o mínimo respeito pela sua realidade ou pelos seus conhecimentos que foram construídos através de suas experiências de vida. Freire critica veementemente tal postura:

Uma educação que pretendesse adaptar o homem estaria matando suas possibilidades de ação, transformando-o em abelha. A educação deve estimular a opção e afirmar o homem como homem. Adaptar é acomodar, não transformar. (1979, p. 32)

Tal método educacional estaria privando o ser humano de ser ele mesmo, estaria criando moldes e negando-lhes a possibilidade de desenvolver uma consciência crítica, a qual o ajudaria, entre outras coisas, a desenvolver-se dentro das empresas nas quais trabalham, bem como em qualquer relação social. Foi com esse pensamento que a obra do educador, pedagogo e filósofo brasileiro cooperou para o aprimoramento de mudanças que, paulatinamente, aconteceram na EJA do SESI/SC, a qual trabalha, inclusive com a modalidade EaD. Na disciplina de Língua Portuguesa, o aluno deixou de ser um mero coadjuvante e passou a agente principal da construção de seu conhecimento. Nesse sentido, suas histórias e experiências de vida foram, em muitas aulas, fonte de aprendizagem, tendo em vista que partiu-se do conhecimento popular para chegar ao conhecimento científico e, assim, chegou-se onde Paulo Freire enfatiza:

A educação deve ser desinibidora e não restritiva. É necessário darmos oportunidade para que os educandos sejam eles mesmos. Caso contrário domesticamos, o que significa a negação da educação. Um educador que restringe os educandos a um plano social impede-os de criar. Muitos acham que o aluno deve repetir o que o professor diz na classe. Isso significa tomar o sujeito como instrumento. O desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente. Na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora. (FREIRE, 1979, p. 32-3)

Para transformar a realidade é necessário que a educação se torne mais crítica e que os professores não mais coloquem um patamar acima dos estudantes, mas, ao contrário, conscientizem-se de que não existe nem saber nem ignorância absoluta:



Todo saber humano tem em si o testemunho do novo saber que já anuncia. Todo saber traz consigo sua própria superação. Portanto, não há saber nem ignorância absoluta: há somente uma relativização do saber ou da ignorância.

Por isso, não podemos nos colocar na posição do ser superior que ensina um grupo de ignorantes, mas sim na posição humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo. (É preciso saber reconhecer quando os educandos sabem mais e fazer com que eles também saibam com humildade. (FREIRE, 1979, p. 29)

Justamente nesse sentido, foi que a disciplina de Língua Portuguesa se valeu do fato de trabalhar diretamente com os Gêneros Textuais para proporcionar leituras críticas e reflexivas, as quais partiam da realidade dos alunos, fossem com histórias ficcionais que os alunos ouviam em suas infâncias para chegarmos a narrativas literárias canonizadas, evidenciando aos alunos que seus conhecimentos também têm valor, ou com textos não ficcionais, como notícias atuais, o que proporcionava momentos de debate, tanto em sala de aula como no ambiente virtual, fazendo com que os educandos ampliassem suas visões sobre o mundo que os cerca. Assim, a disciplina conseguiu sair da concepção bancária, onde temos os professores simplesmente impondo conteúdos, ou seja, repassando falsos saberes e uma realidade estática (que também não existe):

Enquanto na concepção ‘bancária’ – permita-nos a repetição insistente - o educador vai “enchendo” os educandos de falso saber, que são os conteúdos impostos, na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece , em suas relações com ele, não uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo. (FREIRE, 1987, p. 71)

As consequências destes atos são aulas sem verdadeiro conteúdo, apenas preocupadas com os formalismos, ou, como enfatiza Freire, sem o pensar verdadeiro:

Nas aulas verbalistas, nos métodos de avaliação dos ‘conhecimentos’, no chamado ‘controle de leitura’, na distância entre o educador e os educandos, nos critérios de promoção, na indicação bibliográfica, em tudo, há sempre a conotação ‘digestiva’ e a proibição ao pensar verdadeiro. (1987, p. 64)



A principal forma de chegar a este ensino, que não tenha a concepção ‘bancária’, exposta anteriormente por Freire, é a preocupação em partir da realidade, neste caso, dos jovens e adultos, trabalhadores da indústria, que formam o grupo de estudantes do SESI/SC, da unidade de Jaraguá do Sul, ou do alunado de forma geral, seja no ensino regular ou não. Contudo, é pertinente ressaltar que a EJA não é um lugar onde alunos que não estudaram na idade indicada vão apenas para conseguir um diploma. Muito pelo contrário, a proposta do SESI/SC é proporcionar uma educação de qualidade, a qual coopere para o crescimento de seu alunado tanto no âmbito profissional, quanto pessoal e esse ideal vai ao encontro das ideias de Paulo Freire que enfatiza que para que os educandos ampliem sua capacidade crítica e reflexiva, precisam partir daquilo que é conhecido para eles:

O homem tende a captar uma realidade, fazendo-a objeto de seus conhecimentos. Assume a postura de um sujeito cognoscente de um objeto cognoscível. Isso é próprio de todos os homens e não privilégio de alguns (por isso a consciência reflexiva deve ser estimulada: conseguir que o educando reflita sobre a sua própria realidade). (1979, p. 30)

No entanto, para que se possa partir da realidade de um grupo de alunos, é preciso conhecer a realidade dos mesmos, seus problemas, anseios, o que, para a disciplina de Língua Portuguesa foi extremamente simples, ao passo que, já na primeira aula, pede-se que os alunos escrevam um texto expondo os motivos que os levaram a deixar os estudos e porque eles retornaram, dessa feita, foi possível conhecer um pouco melhor cada aluno e a sua realidade psicológica e social, e, conseqüentemente entender seu comportamento e pensamentos:

Será na convivência com os oprimidos, sabendo-se também um deles – somente a um nível diferente de percepção da realidade - , que poderá compreender as formas de ser e comportar-se dos oprimidos, que refletem, em momentos diversos, a estrutura da dominação. (Freire: 1987, p. 48) .

Não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase ‘coisas’, com eles estabelece uma relação dialógica permanente. (FREIRE, 1987, p. 55-6)



Viabilizando a educação problematizadora, partindo da realidade dos educandos, o passo seguinte é o de acreditar e respeitar, não só na capacidade dos mesmos, mas também em seus níveis de compreensão. Para isto, contudo, é preciso que se creia nos homens oprimidos. Que sejam vistos como capazes de pensar certo também. Conforme Paulo Freire, é necessário respeito:

Temos de respeitar os níveis de compreensão que os educandos – não importa quem sejam – estão tendo de sua própria realidade. Impor a eles a nossa compreensão em nome da sua libertação é aceitar soluções autoritárias como caminhos de liberdade. (1982, p. 31)

RESULTADOS

Dessa maneira, o docente de Língua Portuguesa teve uma postura bem diferente da convencional, na medida em que ele e seus educandos, voltando seus pensamentos para a realidade, encontram-se perante uma tarefa em que ambos são sujeitos na ação. Tanto os primeiros quanto os segundos têm a tarefa de desvelar a realidade e, assim, conhecê-la criticamente, e, paulatinamente, ir recriando e aumentando seus conhecimentos de mundo. Assim, o conhecimento acadêmico se desenvolveu com maior naturalidade. Um trabalho no qual mestres e alunos estavam unidos e tiveram em mente que educação-aprendizagem depende do trabalho mútuo de ambos, já que todos estão unidos no mundo e tantos uns quantos os outros têm total direito à palavra. Freire diz:

Um outro ponto que parece interessante sublinhar, característico de uma visão crítica da educação, portanto da alfabetização, é o da necessidade que temos, educadoras e educadores, de viver, na prática, o reconhecimento óbvio de que nenhum de nós está só no mundo. Cada um de nós é um ser no mundo e com os outros. Viver ou encarnar essa constatação evidente, enquanto educador ou educadora, significa reconhecer nos outros – não importa se alfabetizando ou participantes de cursos universitários; se alunos de escolas de primeiro grau ou se de membros de uma assembléia popular – o direito de dizer a sua palavra. Direito deles de falar que corresponde a nosso dever de escutá-los. De escutá-los corretamente, com a convicção de quem cumpre um dever e não com a malícia de quem faz um favor para



receber muito mais em troca. Mas, como escutar implica falar também, ao dever de escutá-los corresponde ao direito que igualmente temos de falar a eles. Escutá-los no sentido acima referido é, no fundo, falar com eles, enquanto simplesmente falar a eles seria uma forma de não ouvi-los. (1982, p. 30)

O educador e os educandos tiveram uma relação de troca, uns ensinaram os outros a partir de suas realidades e conhecimentos de mundo:

Desta maneira, o educador já não é somente o que educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os 'argumento de autoridade' já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. (FREIRE, 1987, p. 68)

Seguindo os pensamentos freirianos, foi possível colocar em prática a uma educação problematizadora, a qual desafia os educando fazendo com que seu crescimento seja ainda mais amplo, crítico e, concomitantemente, desalienado:

Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder o desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas, porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isso cada vez mais desalienada. (1987, p. 70)

Paulo Freire enfatiza a educação de jovens e adultos em suas obras, ressaltando, que uma concepção bancária seria apenas repetições, ou como ele mesmo diria, narrações ou dissertações, e não estaria de forma alguma ampliando seus conhecimentos ou os ajudando a desvelar o mundo:

Na educação de adultos, por exemplo, não interessa a essa visão 'bancária' propor aos educandos o desvelamento do mundo, mas, pelo contrário, perguntar-lhes se 'Ada deu o dedo à arara'. A questão está em que pensar autenticamente é perigoso. O estranho humanismo desta concepção 'bancária' se reduz à tentativa de fazer



dos homens o seu contrário – o autômato, que é a negação de sua ontológica vocação de ser mais. (1987, p. 61)

Mais uma vez é necessário atentar-se para o fato de que é essencial, antes da ‘leitura de livros’ a leitura do mundo e foi justamente essa a proposta central da disciplina de Língua Portuguesa, por meio dos textos literários, de revistas, jornais, leva-los e pensar sobre o mundo que os cerca, ou seja, a leitura de suas próprias realidades:

Falar de alfabetização de adultos e de bibliotecas populares é falar, entre muitos outros, do problema da leitura e da escrita. Não da leitura de palavras e de sua escrita em si próprias, como se lê-las e escrevê-las não implicasse uma outra leitura, prévia e concomitante àquela, a leitura da realidade mesma. (FREIRE, 1982, p.25)

A intencionalidade da disciplina de Língua Portuguesa foi, em linhas gerais, desenvolver atividades e projetos, presenciais e a distância, que partissem da realidade dos alunos, com o intuito de tornar o processo ensino-aprendizagem concreto e prazeroso e, ao mesmo tempo, incentivar a leitura e formar leitores competentes. Assim sendo, foi colocado em prática o pensamento de Freire, na medida em que partir da realidade dos educandos houve uma prática de ensino, não em uma concepção bancária, mas sim problematizadora, crítica e que realmente cooperou para o crescimento, tanto de vida quanto da escolarização dos alunos.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 2^a ed. São Paulo. Autores Associados: Cortez, 1982.
- _____, **Pedagogia do oprimido**. 37^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____, **Educação e Mudança**. 27^a ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.
- PARECER n. 11/2000: Conselho Nacional de Educação